

Carlos Alberto Sardemberg

O presidente Fernando Collor de Mello inicia seu mandato com a inflação beirando os 80% mensais — um índice de arrear e que já provoca devastações, sobretudo nos salários — mas com a economia organizada e funcionando. As pessoas compram e vendem e pagam em cruzados. Verdade que, recebidos os cruzados, todo mundo corre para se livrar deles, aplicando em algum lugar. Parte desse dinheiro vai para poupança, ações, ouro, dólar, objetos de arte, imóveis — e tem mesmo gente que comprou carro novo e estocou na garagem. Ainda assim, é pouco dinheiro que vai nessas coisas porque há pouco para comprar. O grosso do dinheiro vai mesmo para os títulos do governo, basicamente as Letras Financeiras do Tesouro (LFTs).

O dinheiro das contas remuneradas, dos fundos nominativos e ao portador e do overnight está todo aplicado nessas LFTs, as estrelas da ciranda financeira. Funciona assim: o governo federal precisa de dinheiro para pagar sua conta e suas dívidas atrasadas; assim, lança LFTs, seus pagagios, oferece pagar juros altos e garante que recompra os papéis. Mas como seguro morreu de velho, essas operações são feitas por um dia, ou uma noite. Todo dia útil, bancário, os aplicadores compram e vendem o papel. O sujeito fica com a LFT à noite, vende na manhã seguinte, recompra e assim vai.

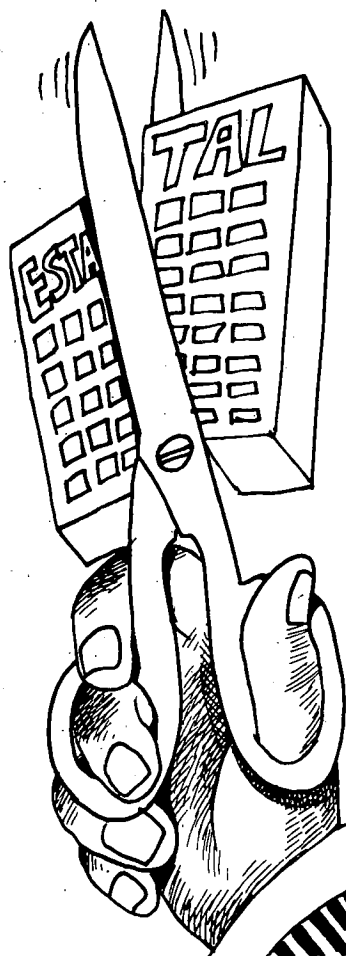
Naturalmente, a cada rodada, o governo gasta um pouco mais de juros e assim aumenta a sua dívida. É dívida gerando dívida, num giro diário.

Apesar de tudo, há aí um fator positivo. As LFTs se tornaram a verdadeira moeda nacional. Todo dia, quando fecha o expediente bancário, a maior parte dos cruzados disponíveis no País está aplicada nessas LFTs. As LFTs assim viram moeda e, o que é melhor, uma moeda que "valoriza" todo dia — no momento, valoriza pouco mais de 3% por dia útil, acompanhando a inflação. E se a LFT varia todo dia conforme a inflação, a conclusão é lógica: não há inflação em LFT.

Dito de outro modo, a inflação, aqueles 80% mensais, mede a desvalorização do cruzado. Cada cruzado não aplicado desvaloriza 3% ao dia.

Se não houvesse a LFT (se não houvesse o famigerado open market diário) a economia brasileira já teria afundado na hiperinflação. Não querendo ficar com os cruzados que se desvalorizam, as pessoas procurariam se livrar deles, comprando o que existisse para comprar. Primeiro, dólares — mas sendo o dólar uma moeda estrangeira que só aparece por aqui como resultado das exportações e trazida por viajantes, o estoque local é limitado. As cotações vão lá em cima, e logo,

A economia de *Brasil* Collor



quem tem dólar não quer vendê-lo.

As pessoas procuram então qualquer coisa tangível: carros, aparelhos de som, geladeiras, comida, maços de cigarro. Qualquer badulaque é melhor do que ficar com os cruzados. Mas como o sujeito que tem essas coisas também não quer os cruzados, ele não as vende — e eis a desorganização instalada por completo.

A economia brasileira, nesse sentido, está organizada. A pessoa vai na loja, compra a geladeira, saca os cruzados da conta remunerada (aplicada em LFT), paga o lojista, que imediatamente remete os cruzados de novo para a ciranda do open. Em outras palavras: as pessoas acreditam que seu dinheiro está protegido e seguro quando na LFT, isto é, nas mãos do governo.

O problema é que isso não tem futuro. Essas LFTs representam a dívida do governo, que aumenta todo dia e que é comprada e recomprada todo dia. Continuando assim, num determinado momento haveria tanta LFT na praça que as pessoas desconfiariam que também esse papel não valeria mais nada.

Ponto essencial, portanto: o problema da economia brasileira está no chamado desajuste financeiro do setor público. Aí deve ser o ataque central do presidente Fernando Collor: controlar e reduzir drasticamente os gastos do governo e reduzir a velocidade de giro da ciranda financeira.

Assim, são esperadas medidas do tipo: centralização do caixa da União (toda a despesa controlada pelo Ministério da Economia); máxima redução de órgãos, atividades e pessoal; eliminação de gastos com subsídios (dinheiro que o governo dá a certos setores à guisa de estímulo) e com incentivos (impostos que o governo perdoa); venda de estatais.

A base do negócio é: gasta-se apenas o que se recebe — uma regra elementar da economia, mas cuja aplicação no Brasil será uma verdadeira revolução.

No lado da ciranda, o governo deverá tentar manter a confiança nas LFTs, mas ao mesmo tempo dificultando o giro diário. Assim, por exemplo: quem revender sua LFT um dia após a compra, paga um imposto, digamos, de 40% se revender em uma semana, o imposto cai e o juro aumenta; em um mês, menos impostos e mais juro. E assim vai, na ideia de "alongar a dívida" — fazer com que as pessoas mantenham em suas carteiras os títulos do governo, como um ativo, como ocorre em todo o mundo de economia organizada.

Esse é o começo essencial da história.

Conseguindo isso, o governo Collor terá obtido uma vitória decisiva na guerra contra a inflação. E aí faltará simplesmente tudo por fazer.

Será preciso encontrar, simultaneamente, um modo de acertar salários e preços de modo que não entrem de novo em corrida inflacionária. E então arrumar a estrutura da economia, estagnada há anos, com uma indústria atrasada que produz coisas piores e mais caras que o mundo moderno.

São, portanto, duas tarefas gigantescas: abater o tigre da inflação e reorganizar toda a base da economia.

A favor de Fernando Collor há o cansaço do país, a percepção de que a melhor forma de defender salários é acabar com a inflação, a falta de paciência com a ineficiência pública, o desejo de modernidade. O presidente eleito tem força política e a torcida da maior parte da Nação. Mas a ação econômica é complexa, difícil e enfrenta resistências dos que sempre ganharam na miséria.

Não vai ser fácil. Mas a chance é boa.